



## PARECER JURÍDICO

**Licitação Modalidade Carta Convite nº. 04/2021, para a Consulta do Executivo Municipal de Sucupira do Riachão - Ma, para a Contratação de Empresa para Aquisição de Luminárias para Rede de Iluminação Pública da Municipalidade, em conformidade com o Anexo I (Projeto Básico). Análise da Legislação aplicável. Conclusões.**

### I – DO RELATÓRIO

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento licitatório Modalidade Carta Convite nº. 004/2021, tendo por objeto a para a Contratação de Empresa para Aquisição de Luminárias para Rede de Iluminação Pública da Municipalidade, em conformidade com o Anexo I (Projeto Básico), para fins de parecer.

O mesmo foi distribuído a esta Assessora Jurídica Municipal para fins de atendimento do despacho supra.

É o relatório.

### II – DO MÉRITO

Nos termos da Consulta, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade Carta Convite para a contratação do objeto ora mencionado.

A própria Lei n. 8.666/93, estabelece que convite “é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa [...]”

Observa-se que a referida modalidade licitatória é utilizada para a realização de **obras e serviços de engenharia cujo teto corresponda ao valor de R\$ 330.000,00 e para compras e serviços até o limite de R\$ 176.000,00**, valores atualizados conforme Decreto Federal nº 9412/2018, sendo que a mesmo se distingue das demais pela simplicidade dada às fases e à publicação dos atos que a compõem.

O art. 22, §3º, da lei supra mencionada, exige como publicidade apenas a afixação de cópia do instrumento convocatório, em “local apropriado”, o que garante maior celeridade e economicidade para o procedimento licitatório.

**Art.22. São modalidades de licitação:**



### **III. convite;**

**§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.**

Veja-se que, as licitações realizadas na modalidade convite, presume-se a habilitação do licitante, podendo participar mesmo aqueles que, não sendo convidados, estiverem cadastrados na correspondente especialidade e manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas.

Em razão do acima exposto, destaca-se a possibilidade de se formalizar a contratação nos moldes previstos no art. 62 da Lei n. 8.666/93, que autoriza, nesse caso, a utilização de “outros instrumentos hábeis” (nota de empenho, carta-contrato, autorização de fornecimento, etc.).

Claro está a intenção legislativa em se criar um procedimento licitatório mais simples capaz de buscar céleres para a administração e, conseqüentemente afastar o apego às formalidades, afastando assim gastos desnecessários.

No presente caso, pela análise da minuta do edital, bem como pela natureza dos serviços e valores orçados, mostra-se perfeitamente viável a adoção da modalidade escolhida.

O art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

#### **Art. 38 (...)**

**§ único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994).**

A referida norma é essencial para assegurar a aplicação do princípio da legalidade, para que os editais não contenham estipulações contrárias à lei. Além disso, o princípio da legalidade é singularmente relevante nos atos administrativos. Assim, se faz necessário o exame prévio e aprovação da minuta, para que a Desporto lazer e cultura não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente mais grave que transgredir uma norma.

### **III – Conclusões**

Desse modo obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, entende-se que a administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Carta Convite, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal, supra citada, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico.



Por fim, ressalte-se que o presente arrazoado tem caráter meramente opinativo, não vinculando o administrador em sua decisão, conforme entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal no Mandado de Segurança n.º 24.078, rel. Ministro Carlos Velloso.

À CPL para parecer e, após, ao gestor, para ratificação.

É o meu parecer.

Sucupira do Riachão - Ma, 19 de abril de 2021.

Miguel Arcanjo Silva Costa Júnior  
Assessor Jurídico  
OAB/MA 10121-A